

Exploração madeireira se desloca na Amazônia

Estudo de ONG recomenda reflorestamento e agricultura para municípios em que a extração desordenada exauriu estoques naturais

Simone Romero
de Paragominas

Paragominas, na região nordeste do Pará, tinha surgido no mapa do estado há apenas oito anos quando Justiniano de Queiroz Netto chegou à região. Ele era um menino de cinco anos que, junto com toda a família, embarcou na aventura do pai, um caminhoneiro paranaense em busca de fortuna na Amazônia.

A exemplo do que aconteceu com a própria cidade, Justiniano de Queiroz Netto cresceu rápido. Aos 28 anos, ele hoje ocupa a presidência do Sindicato das Indústrias Madeireiras de Paragominas (Sindiserpa) e acompanha o processo de transição da economia do município, agora que os estoques naturais de madeira estão quase esgotados.

Durante três décadas, Paragominas viveu um ciclo de riqueza sustentado pela exploração florestal que se seguiu à abertura de pastagens para a pecuária extensiva. Na época de pico da atividade madeireira, durante a década de 80, a cidade chegou a abrigar 120 serrarias.

A extração desordenada, no entanto, fez com que as árvores de valor comercial desaparecessem em um raio de quase 100 quilômetros em torno da sede municipal. Junto com a madeira, sumiram também muitas empresas. O número de serrarias ativas caiu para 70.

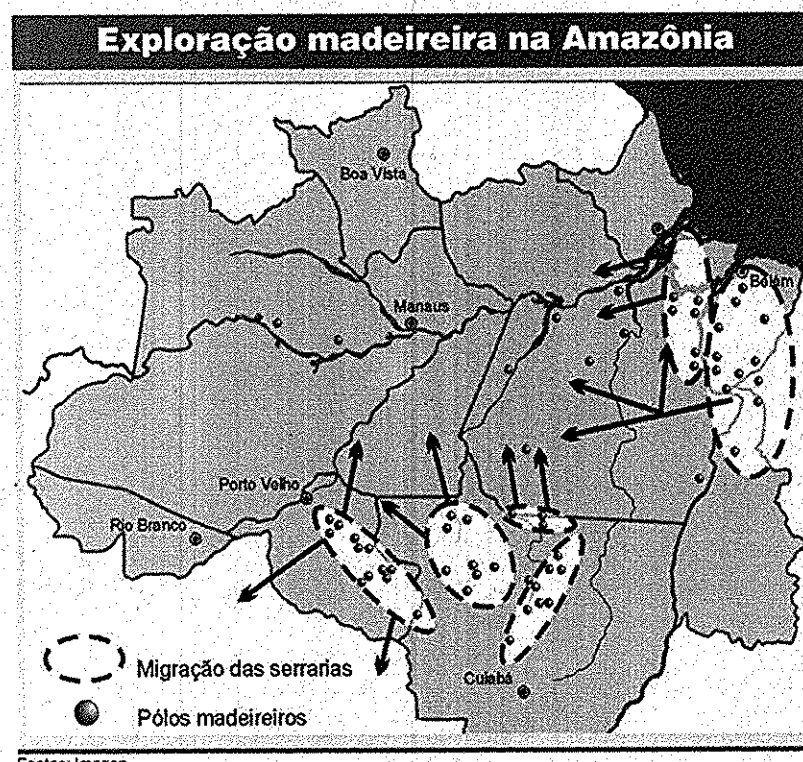
Paragominas é hoje o que Novo Progresso, Senador José Porfírio e Portel, no estado do Pará, e Novo Aripuanã e Apuí, no Amazonas, se-

rão dentro de, no máximo, 30 anos se a exploração madeireira continuar a avançar desordenadamente pelo interior da Amazônia à medida em que se esgotam os estoques das áreas tradicionais.

É o que aponta um relatório do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), uma ONG paraense. Financiado pelo Banco Mundial, o estudo demonstra que o movimento migratório das madeiras gera um ciclo de rápido crescimento econômico que dura em torno de oito anos. Neste período, a economia das fronteiras de extração de madeira pode chegar a movimentar US\$ 100 milhões anuais. A partir daí começa o declínio, quando as árvores de maior valor econômico escasseiam. A extração predatória faz com que, ao final do vigésimo ano, ocorra uma exaustão total das madeiras de valor comercial. Neste período, a renda bruta anual gerada no município já caiu para perto de US\$ 5 milhões anuais.

Quem acompanha a história econômica da região amazônica sabe exatamente como isto acontece. A derrubada da floresta para a implantação de pastagens atrai a indústria madeireira. É na Amazônia que se extrai perto de 90% da madeira nativa do Brasil, o que leva o setor a ter um peso significativo na economia regional.

Em estados como o Pará, Mato Grosso e Rondônia o setor participa, em média, com 15% na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Em



toda a região, estima-se que a exploração madeireira movimenta US\$ 2,5 bilhões a cada ano e gere 500 mil empregos diretos e indiretos.

Uma alternativa para evitar o colapso nas fronteiras é a entrada da atividade agrícola. Em boa parte da Amazônia, no entanto, a agricultura apresenta-se inviável, segundo a pesquisa, devido aos altos índices de chuva. "Hoje a sobrevivência da

economia de um município está associada à capacidade de substituir as atividades madeireira e pecuária pela agricultura", afirma o pesquisador do Imazon Adalberto Veríssimo, um dos autores do relatório.

Um exemplo é o que vem acontecendo em Sinop, no Mato Grosso, onde o número de serrarias caiu de 400 nos anos 80 para menos de 100 no final da década de 90.

Localizado em uma região com menor incidência de chuvas, no entanto, o município está conseguindo substituir as atividades tradicionais pelo plantio de soja.

O caos poderia ser evitado, segundo apontam os pesquisadores, se a exploração madeireira acontecesse em bases sustentáveis. A utilização de práticas de manejo reduz a taxa interna de retorno da atividade de 122% para 71% e pressupõe investimentos iniciais relativamente altos, mas compensadores. Com o manejo, os municípios poderiam manter, de acordo com o relatório, uma renda bruta anual de US\$ 70 milhões estável ao longo de décadas.

Em Paragominas, a lição foi aprendida do modo mais difícil. Para sobreviver, as madeiras que ainda estão no município partem para o manejo de suas áreas de floresta. Uma iniciativa apoiada pelo sindicato local. Em convênio com a ONG Fundação Floresta Tropical, o Sindiserpa vem oferecendo treinamento em técnicas de manejo para trabalhadores das serrarias.

As aulas são dadas em uma área experimental na Fazenda Cauaxi, pertencente ao grupo Cikel Brasil Verde S/A. "Neste ano, esperamos pôr em prática o projeto de uma escola móvel, para treinar os trabalhadores nos próprios locais de extração", conta Queiroz Netto.

Algumas empresas investem também em reflorestamento. Segundo o presidente do Sindiserpa, já foram plantadas em Paragominas seis mi-

lhões de árvores, em sua maioria paricá, uma espécie de madeira tropical de rápido crescimento.

As regiões de reflorestamento mais antigas começam a produzir. Em julho, a madeira Floraplac fará a primeira extração de paricá em uma área de 7 mil hectares plantada há sete anos. Estas iniciativas, no entanto, não são suficientes para suprir a demanda das empresas. Muita madeira serrada em Paragominas vem de outras regiões.

O transporte da madeira será facilitado, a partir de 2002, pela entrada em operação do porto da empresa de transporte de carga Bertolini, às margens do Capim, rio que corta o município. O mesmo porto servirá para o escoamento da produção de grãos de Paragominas. "A cidade está em fase de transição para um novo modelo de atividade madeireira e agrícola", afirma o prefeito, Sidney Rosa.

Após seguidos insucessos, um pólo de grãos começa a se consolidar no município. Na safra 1999/2000, 22 mil hectares de área plantada com arroz, feijão e soja produziram 72 mil toneladas de grãos. Este ano, espera-se aumentar a produção para 100 mil toneladas e a área plantada para 30 mil hectares. Aparentemente, Paragominas está conseguindo fugir do colapso causado pelo fim das madeiras de valor comercial. Resta saber se as outras fronteiras de exploração madeireira na Amazônia — antigas ou recentes — terão o mesmo desempenho.